

Sumário

I. PREMISSAS

I. PREMISSAS	21
1. Conceito de norma jurídica processual	21
2. Fontes da norma jurídica processual	21
3. Conceito de fato jurídico processual.....	30
4. Negócio jurídico processual	32
5. Protocolos institucionais.....	36
6. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	37
7. Princípio da competência adequada.....	38
8. <i>A translatio iudicij</i>	42
9. Princípio da eficiência.....	44
II. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL	51
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	51
2. Breve histórico.....	53
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais	56
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	58

5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	59
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos	60
7. Tipos de cooperação	62
7.1. Cooperação por solicitação	62
7.2. Cooperação por delegação	63
7.3. Cooperação por concertação.....	63
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional.....	64
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	66
10. Cooperação por delegação.....	66
10.1. Noção e características	66
10.2. Distinções	68
11. Atos concertados: a cooperação negociada	69
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional.....	69
11.2. Objeto da concertação	74
11.2.1. Consideração introdutória.....	74
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC	76
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC).....	76
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	77
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	78
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC)	79
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC)	82
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	83
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	88
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária.....	89

14. As partes e a cooperação judiciária.....	91
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	93
ANEXOS.....	95
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis sobre cooperação judiciária.....	95
II. Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça	97
III. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça	100
BIBLIOGRAFIA	117